



Índice

- 01** [Copa distrai comunidade indígena afetada por suicídios de jovens](#)
- 02** [Festival Borari inicia nesta sexta-feira, em Alter do Chão](#)
- 03** [Indígenas liberam o tráfego na BR-316](#)
- 04** [Cursos contribuem na nutrição de indígenas](#)
- 05** [Indígena do Xingu conclui mestrado na UnB](#)
- 06** [Ufac realiza lançamento oficial da SBPC extrativista](#)
- 07** [Metade das ações de regularização quilombolas já teve posse acelerada](#)
- 08** [Para OIT, discussão sobre direitos indígenas só em 2021](#)
- 09** [Cursos do Senar/MS contribuem na nutrição de indígenas](#)
- 10** [Em Portugal, lideranças indígenas brasileiras denunciam violações](#)
- 11** [Ação desarticula desmatamento em terra indígena](#)
- 12** [Indígenas retomam receita do tsadaré, bolo de milho xavante em Marãiwatsédé](#)
- 13** [Comissão de Agricultura discutirá regularização de área quilombola em MG](#)
- 14** [Dívida de R\\$ 18 mi ameaça comunidades quilombolas](#)
- 15** [Juntos: Índios e produtores rurais protestam em Roraima](#)
- 16** [Demarcações no oeste do Paraná podem começar ainda este ano](#)
- 17** [Porto Seguro promoverá ação de saúde em Trancoso com Carreta Odontomóvel](#)



-
- 18** [Programação da 66ª Reunião Anual da SBPC já está definida](#)
 - 19** [Nova demarcação no Paraná: Funai rasga Constituição para fugir do conflito com pequenos agricultores](#)
 - 20** [Morre Plínio de Arruda Sampaio](#)
 - 21** [MPF verifica situação de aldeias das margens dos Rios Mamoré e Guaporé](#)
 - 22** [Indígenas invadem o prédio da Gerência Regional de Zé Doca e fazem funcionários de refém](#)
 - 23** [Editora Moderna lança livro Sou indígena sou criança](#)
 - 24** [Agricultores expulsos da Terra Indígena Awá-Guajá ameaçam retomar a área](#)
 - 25** [Equipe produz vídeo na Comunidade Indígena de Água Santa](#)
 - 26** [Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil? por Moysés Pinto Neto](#)
 - 27** [História dos índios está exposta no Museu Câmara Cascudo](#)
 - 28** [Arena Carioca Dicro apresenta espetáculo gratuito de orquestra indígena e dança nesta quarta-feira](#)
 - 29** [Índios completam cinco meses em zona de risco](#)
 - 30** [Por que os índios lideram o ranking dos suicídios no Brasil?](#)



Copa distrai comunidade indígena afetada por suicídios de jovens

SÍTIO A CRÍTICA/MS, 07.07.2014

Passeando pela Aldeia Sassoró horas antes de um jogo da seleção, a comunidade se parece com muitas outras do Brasil em tempos de Copa. Compõem o cenário o verde e amarelo espalhado em formas de bandeiras e crianças agitadas, carregando a famosa camisa dos pentacampeões. No entanto, a animação pontual deste povoado indígena no Mato Grosso do Sul aparece quase como um sonho que ameniza uma realidade trágica. Ali, uma onda de suicídios entre jovens desconcerta famílias e líderes dos guarani-kaiowá.

Em dia de seleção em campo, a maioria dos 4500 moradores da aldeia se mobiliza e sorri diante da televisão. Mas a febre de bola não arrebatava todos por ali. Os semblantes das mães que perderam seus filhos ainda acusam um misto de dor e surpresa. Celia Samudio é uma delas. A funcionária de uma escola local teve a vida sacudida por dois suicídios em casa, segundo ela, sem explicação aparente. O último deles foi o de Claudenir, 15 anos, em abril passado. Agora, a missão da índia guarani-kaiowá é levar os dois menores da família para caminhos mais amenos até a idade adulta.

Este é o mesmo dilema de Claudineia Vilalva, que chorou a morte do filho Claudinei e agora tem a missão de orientar outros três mais novos em direção a algum entusiasmo de vida. As particularidades de cada história de suicídio são conhecidas na vizinhança, e a maioria envolve enforcamento.

Tudo isso acontece nos limites de Tacuru, a segunda cidade brasileira a adotar oficialmente o guarani como língua oficial. A primeira foi São Gabriel da Cacheira, no extremo norte do Amazonas. No município sul-mato-grossense, uma lei de 2010 conferiu ao idioma a presença em espaços de prestação de serviços públicos básicos na área de saúde, por exemplo.

Na aldeia de 700 alqueires, apesar da simplicidade de algumas residências, os índios contam com energia elétrica e transporte. Em breve terão à disposição banheiros químicos. De longe dá para avistar a vizinha Iguatemi, onde a comunidade Pyelito Kue vive um outro tipo de drama, com disputa de terra pautada por balas de revólver. Já em Sassoró, o clima é de paz, apesar da batalha para se entender os suicídios. No entanto, os moradores dizem que a situação já foi bem pior, com padrões de epidemia. E a falta de perspectiva profissional é identificada como possível explicação para o comportamento.

"Antes de a gente assumir era muito, quase dois ou três jovens por semana. Mas no ano passado diminuiu bastante, este ano não aconteceu ainda [tirando o caso de Claudenir]. A gente está incentivando o jovem para um caminho diferente", diz Eliseu Martins, diretor de uma escola municipal dentro da aldeia e um dos líderes da comunidade.

"Na verdade isso não está resolvido. A minha preocupação em particular é com isso. Tem muito adolescente na faixa de 12, 13, 15 anos se suicidando. Isso é um problema sério",

CONT.



endossa Ansilo Castelão, vereador de Tacuru saído da comunidade de Sassoró. "A gente precisa contratar algum psicólogo para ver essa questão", acrescenta o político.

Eliseu Martins dirige uma escola dentro de Sassoró que atende ao todo 1808 alunos da aldeia, de crianças pequenas até o ensino médio. Formado em Geografia com sacrifício de viagens diárias de 300 km (ida e volta), durante quatro anos, o educador confia na influência do ensino para plantar esperança na cabeças dos jovens locais.

"A responsabilidade está na nossa mão. O futuro das nossas crianças está na escola. Então a gente tem que trabalhar com dedicação a cada família, a cada criança", diz.

Outras duas lideranças trabalham pela aldeia em Tacuru. O Capitão Osmar ocupa o papel que em outras comunidades indígenas seria o de um cacique. Já Ansilo Castelão representa Sassoró na Câmara Municipal, na condição de vereador, eleito com 218 votos.

A partir da escola surgem pequenas ações para tentar plantar esperança na cabeças dos jovens de Sassoró, como palestras motivacionais ou então prêmio para bons estudantes. Recentemente os 30 alunos com melhores notas do colégio ganharam uma viagem para Foz do Iguaçu, com visita às cataratas e à usina de Itaipu.

A esperança em um futuro coletivo menos rigoroso reside em atitudes individuais como a de Robson Ortiz, estudante de Sassoró que, apesar das dificuldades que sua origem social impõem, sonha se tornar advogado: "para mais tarde defender meu povo. Tem muito sofrimento nas aldeias, pouca gente para defender o povo indígena. Se Deus permitir, eu vou chegar lá".

A Prefeitura de Tacuru também trabalha para oferecer oportunidades de inserção aos jovens de Sassoró, com serviço para transportar alunos até universidades da região. Um ônibus leva alguns deles para estudar em faculdades de Naviraí ou Amambai.

O prefeito Pedro Paulo Rodrigues diz que a comunidade indígena é prioridade em sua gestão e exalta a criação de uma lavoura comunitária na área. Não poderia ser diferente, já que eles representam um universo de 2400 eleitores numa cidade de 11 mil habitantes.

"Não existe mais ninguém bobo, tanto o branco quanto o índio estão observando aquilo que os administradores fazem para a sociedade. Hoje a capacidade do índio de raciocinar e entender o que é melhor está demonstranda nas eleições, como nas eleições passadas. O administrador tem que trabalhar em prol deles", afirma Rodrigues.

Em tempos de Copa os problemas parecem perder força e a alegria está no ar. O professor Gheus Martins Veron reclama que se sente excluído, que a figura do índio não tem aparecido nos comerciais de televisão ligados ao Mundial. Mesmo assim, o jovem não deixa de vestir com orgulho a camisa da seleção. O sentimento local mais comum é de uma espécie possessão pelo time nacional: "somos os primeiros brasileiros".

Com David Luiz e companhia em campo na Copa, meninos exibem a camisa amarela em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

Sassoró. Assim como as do Flamengo, time com a maior torcida da aldeia. As mensagens de apoio ao hexa aparecem em português em uma quadra esportiva para garotos. Na casa de Eliseu, um grupo animado se reúne para empurrar pela seleção, sendo que um dos parentes viajou mais de 100 km para se juntar à festa. E diante da televisão, torcedor é torcedor em qualquer lugar, com as reclamações tradicionais, independente do idioma.

No fim fica o lema em guarani, "Potei Brasil" (hexa, Brasil!), que soa também como uma espécie de torcida por tempos melhores. Para o educador Eliseu, este futuro virá através de uma juventude entusiasmada, voltada à formação para posições chave na sociedade: "Não precisamos de mais professores indígenas. Precisamos ter índios médicos, jornalistas e advogados".

Festival Borari inicia nesta sexta-feira, em Alter do Chão

SÍTIO G1, 07.07.2014



Esta será a 20ª edição do evento cultural. Festival homenageia primeiros habitantes de Alter do Chão.

O Festival Borari, realizado tradicionalmente todos os anos para homenagear os primeiros habitantes de Alter do Chão, distrito de Santarém, no oeste paraense, será realizado nos dias 11, 12 e 13 de julho. Esta será a 20ª edição do evento cultural, promovido pela Associação Indígena Borari de Alter do Chão, com apoio da Administração Distrital de Alter do Chão e da Secretaria Municipal de Cultura (Semc).

A programação terá rituais indígenas, apresentações de cantores regionais e apresentações de grupos folclóricos locais, visando relembrar os momentos festivos dos povos antigos, representados pelos descendentes da etnia Borari.

O local das apresentações será a Praça dos Borari, anexo ao Centro de Atendimento ao Turista (CAT).

Programação

11/7/2014 - sexta-feira

19h – abertura

20h – danças Folclóricas locais

22h30 – música ao vivo

12/7/2014 – sábado

20h – ritual de abertura

Apresentação de grupos de carimbó

23h – show com a banda Forró Mania

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

13/7/2014 – domingo

20h30 – ritual da Cobra Grande

Apresentação de Danças de Quadrilhas

23h – Show artístico



Indígenas liberam o tráfego na BR-316

SÍTIO 180 GRAUS, 08.07.2014

Os índios das tribos Ka'apor, Awa-Guajá e Guajajaras liberaram no domingo (6) a BR-316, no trecho que liga os municípios maranhenses de Araguañã e Nova Olinda. A rodovia estava interditada desde quinta-feira (3). No entanto, os indígenas ameaçam realizar um novo protesto caso as suas reivindicações não sejam atendidas.

Os índios exigiam da Fundação Nacional do Índio (Funai) a retirada imediata dos madeireiros que estão ocupando suas terras, além da instalação de um posto de vigilância dentro da Terra Indígena Alto Turiaçu. De acordo com o Conselho Indígena Missionário (Cimi), a instalação dos postos de vigilância foi determinada pela Justiça Federal, que havia estipulado a conclusão das obras até junho deste ano.

Fonte: O Estado do MA



Cursos contribuem na nutrição de indígenas

SÍTIO FOLHA DE CAMPO GRANDE, 08.07.2014

Melhora na alimentação dos indígenas da Aldeia Amambai, crianças mais nutridas e enriquecimento na refeição dos enfermos que atualmente ocupam os leitos da Casai – Casa da Saúde Indígena. Estes são alguns dos reflexos das capacitações oferecidas aos indígenas de Amambai pelo Senar/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de MS, segundo a assistente social da Sesai - Secretaria Especial de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, Lilian Martins Jara.

De acordo com Lilian, a parceria entre a Funasa – Fundação Nacional da Saúde e o Sindicato Rural de Amambai e o Senar/MS possibilitou que cerca de 100 indígenas das aldeias Amambai e Limão Verde fossem qualificados, desde o ano passado. “Capacitamos também as cozinheiras da Casai, que hoje alimentam com mais qualidade os enfermos. A melhora na nutrição das crianças é nítida e ainda verificamos mulheres com a pretensão de se tornarem empreendedoras”, enfatizou a assistente social.

Além dos cursos relacionados ao processamento de alimentos, os indígenas das aldeias de Amambai já participaram de capacitações voltadas à fabricação caseira de produtos de limpeza, corte e costura, artesanato em palha de milho e beneficiamento e transformação caseira da mandioca.

Incentivados pela melhoria na alimentação das aldeias, os Guaranis Kaiowás solicitaram ao Sindicato Rural do município outros sete cursos, que incentivam o empreendedorismo, a diversificação da fonte de renda e novas oportunidades de profissionalização. Os cursos de Cultivo de Mandioca, processamento caseiro da banana, do milho, de derivados da soja, de produção de alimentos saudáveis, controle de orçamento familiar e prevenção a incêndio florestal compõem a lista de capacitações requeridas, que ainda serão solicitadas ao Senar/MS.

O presidente do Sindicato Rural de Amambai, Diogo Peixoto, afirma ser necessária a criação de mecanismos para a independência financeira dos indígenas. “Para que o indígena tenha dignidade são necessários mecanismos, estudos e capacitações”, pontua o presidente. “Quando oferecemos cursos aos responsáveis pelas aldeias somos recebidos com imensa alegria. Em uma experiência com a qualificação de artesanato de palha de milho, mulheres da aldeia produziram materiais que não imaginavam ser capazes, colocaram à mostra belas artes e criaram renda”, reforçou Peixoto.

Para o superintendente do Senar/MS, Rogério Beretta, os indígenas têm potencialidades que precisam ser estimuladas. “O desempenho dos indígenas nas capacitações não se difere em nada do desempenho dos demais profissionais que capacitamos. Vemos a necessidade de aumentar as qualificações nas aldeias para provocar o perfil empreendedor e motivar a diversificação de renda por meio da produção rural”, enfatiza Beretta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

O Senar/MS, por meio do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, capacitará até o fim de julho cerca de 90 indígenas em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Caarapó, Aquidauna e Ponta Porã.

Indígena do Xingu conclui mestrado na UnB

SÍTIO TERRA, 08.07.2014



O indígena Makaulaka Mehinako, 33 anos, que mora na aldeia Kaupüna do Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso, é o terceiro do território xinguanos a conquistar um título de mestrado. Ele acaba de defender a tese pela Universidade de Brasília (UnB), uma das mais requisitadas do País. Estudou a língua Imiehünaku (Mehinaku), de família linguística Aruak, falada apenas por cerca de 300 integrantes da etnia Mehinako, da qual ele também faz parte.

Casado, pai de quatro filhos, após concluir o mestrado, retornou para a aldeia onde vive com a família, no município de Gaúcha do Norte.

Somente aos 14 anos Makaulaka aprendeu a ler e escrever, mas o professor dele logo viu que tinha capacidade intelectual e o incentivou a seguir em frente. Levando os estudos adiante, apesar das muitas dificuldades, em 2000 terminou o magistério, sob a coordenação do Instituto Socioambiental (ISA), que atua junto aos povos xinguanos. No ano seguinte, em 2011, começou a funcionar o Projeto 3º Grau Indígena promovido pela Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), em Barra do Bugres (MT), que oferta cursos para a formação de professores indígenas, e ele fez Ciências Sociais. Depois fez ainda uma especialização na área da educação, chegando ao mestrado em linguística.

CONT.



"Meu objeto de estudo foi minha própria língua. Aprofundei o parco conhecimento linguístico existente sobre a Mehináku", explica. Cada um dos povos que vive no Xingu fala um idioma próprio. No caso da língua Mehináku, como explica Makaulaka, "é rica em verbetes como qualquer outra", para que possam se referir a tudo que compõe o mundo em que vivem. Esse é um universo cultural brasileiro pouco conhecido e diverso.

publicidade

Makaulaka atua hoje como professor concursado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e recebe salário para isso. "Meu desafio é manter a vitalidade da língua Mehináku, que é boa, o que significa que é falada pela maioria da nossa comunidade. O que me preocupa é futuro dessa língua. Será um trabalho suado para fazermos uma política linguística, para que exista como é hoje".

O povo Mehinako também fala português, mas, conforme Makaulaka, com dificuldade. Ou fala "gradativamente" ou "quase acelerado". Também chegaram ao mestrado os indígenas Aisanain Paltu e Wary, ambos da etnia Kamayurá, que também habita o Parque Nacional do Xingu. Eles já estão partindo para o doutorado.

Na universidade, Makaulaka, que eventualmente pinta o corpo, tinha medo de sofrer discriminação. Mas nunca presenciou alguém o atacando por ser indígena. "Essa é uma discussão que rola fora", diz ele, se referindo a "rodas" onde os "diferentes" não frequentam.

Para Makaulaka, se especializar significa "ser protagonista da própria história, conquistar o reconhecimento como intelectuais assim como qualquer cientista, trabalhar com qualidade, reivindicar respeito que qualquer ser humano merece e ter capacidade de correr atrás daquilo que queremos de melhor para nossa vida individualmente e coletivamente".



Ufac realiza lançamento oficial da SBPC extrativista

SÍTIO O RIO BRANCO, 08.07.2014

Com o tema 'O Desafio da Economia Verde', em alusão direta ao projeto, implementado no estado nos últimos 12 anos, traduzidos no conceito de 'florestania', a organização do evento realizou na manhã de ontem, 07, a reunião de lançamento oficial da SBPC Extrativista, no Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre- (Ufac). Participaram da atividade o reitor da Ufac, Minouro Kipara; o secretário de Estado de Meio Ambiente, Edgard de Deus, Marcos Jorge Dias; coordenador da SBPC e alunos da instituição federal de ensino.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi fundada em 1948 com o objetivo de unir o pensamento científico brasileiro, motivado pela chegada de grandes cientistas europeus, trazidos ao país para implementarem as universidades brasileiras, em particular a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, na cidade de São Paulo.

O reitor da Ufac, Minouro Kipara, falou sobre a importância da realização da SBPC extrativista no estado. "Não poderíamos realizar um evento da magnitude da SBPC, o maior evento científico do Brasil e da América Latina, sem colocar o que é a cara do Acre, ou seja, precisamos abrir diálogos sobre os desafios que venham contribuir com o desenvolvimento da nossa região", afirmou o reitor.

Desde 1949, a SBPC realiza as suas Reuniões Anuais com a presença de mais de dez mil cientistas, pesquisadores, professores e estudantes de todos os níveis, em diferentes partes do Brasil. Mesmo com as dimensões continentais brasileiras, anualmente participantes de todo o país, e muitos estrangeiros, se deslocam para participar da principal reunião científica brasileira.

"Para o Acre, esse é um momento especial e inédito, onde vamos poder apresentar tudo que o nosso Estado construiu relacionado às questões extrativistas e também receber de todas as partes do país, mas principalmente da Amazônia todas as experiências em andamento," declarou o secretário de Estado de Meio Ambiente, Edgard de Deus.



Metade das ações de regularização quilombolas já teve posse acelerada

SÍTIO CONJUR, 08.07.2014

O Brasil tem 10 ações pendentes de análise para desapropriações e regularização de terras quilombolas. Dessas, cinco já tiveram o trâmite acelerado com a entrega da posse do bem antes de finalizado o processo de desapropriação. É o que mostra um levantamento do Comitê Executivo Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Essa condição é chamada de imissão, que acontece quando o juiz determina que o expropriante passa a ter a posse do bem antes de finalizado o processo de desapropriação. São dois os critérios para deferir a imissão, de acordo com o Decreto-Lei 3.365, de 1941: urgência e depósito integral do valor do bem. Com isso, embora ainda não tenha a propriedade, o Incra pode entrar nas terras para verificar medidas e realizar avaliações. O proprietário, por sua vez, fica impedido de dar qualquer destinação econômica ao bem.

Os processos pendentes estão em andamento na Justiça Federal de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe. Do total, cinco pedidos foram aceitos e um negado. Em outras quatro ações, a análise dos requerimentos foi prorrogada para cumprimento de diligências pelo Incra.

A expropriação de área particular que consista em terreno pertencente aos remanescentes de quilombo é prevista no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo é garantir a posse à comunidade identificada como quilombola.

Em março, o fórum também fez, a pedido do Incra, levantamento semelhante referente a ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Em apenas uma das 47 ações listadas a imissão na posse não havia sido analisada pelo Poder Judiciário. Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.



Para OIT, discussão sobre direitos indígenas só em 2021

SÍTIO GAZETA DO POVO, 08.07.2014

Para o escritório regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, não há possibilidade de discutir em 2014 a desvinculação do país à Convenção 169, que é um dos principais tratados internacionais sobre direitos indígenas. Essa interpretação diverge de apresentações feitas em audiência pública na Câmara dos Deputados no mês passado, que defendiam que o Brasil poderia pedir a desvinculação até 24 de julho, por considerarem o texto prejudicial à soberania nacional.

A Convenção 169 entrou em vigor em 25 de julho de 2003 no Brasil. Porém, segundo o diretor-adjunto da OIT no Brasil, Stanley Gacek, a instituição leva em conta a data da criação do texto, que é 5 de setembro de 1991. "Portanto, e segundo as instruções do artigo 39, o único período permitido agora para uma denúncia da Convenção 169 será entre o dia 5 de setembro de 2021 e o dia 5 de setembro de 2022. Essa observação foi confirmada recentemente pelo Departamento de Normas da OIT", afirmou Gacek em entrevista por e-mail à Gazeta do Povo.

Autoidentificação

Na edição de ontem, a Gazeta do Povo publicou reportagem mostrando os questionamentos à Convenção 169. A norma é uma das principais bandeiras dos defensores dos indígenas, por prever consulta prévia aos povos que podem ser afetados por políticas e programas públicos. Outra crítica diz respeito ao critério de autoidentificação. Para o antropólogo Edward Mantoanelli Luz, que já atuou na demarcação de terras na região Norte do país, organizações não governamentais estariam "importando" índios para determinadas localidades visando à criação de territórios indígenas.

Para a OIT, argumentos como esse não são válidos. "Como a convenção também reconhece toda a legitimidade e a soberania do governo do Estado membro para solucionar disputas quanto às demarcações das terras, não considero que essas críticas à norma da OIT são bem fundamentadas", declarou Gacek.

O diretor-adjunto da OIT reiterou que um dos objetivos da Convenção 169 é contribuir para o desenvolvimento sustentável. "Os povos indígenas sofrem com grandes déficits na saúde e na educação, produtos de uma discriminação estrutural, expressa em investimentos públicos baixos", pondera. Segundo ele, a proteção aos povos indígenas traz ganhos à sociedade como um todo. "Se os direitos dos indígenas e dos tribais no processo de desenvolvimento forem respeitados, os povos vão contribuir ainda mais ao avance sustentável da economia."

Entrevista

Stanley Gacek, diretor-adjunto do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

CONT.



Qual o papel da OIT ao propor uma convenção a respeito das terras de povos indígenas e tribais? Qual o objetivo da organização do trabalho em tratar desse assunto específico?

Desde a sua criação, em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem considerado, entre suas principais preocupações, a situação dos povos indígenas e tribais. Aliás, a discriminação e a exploração sofridas por esses povos foram motivos diretos para a adoção de várias normas internacionais de trabalho, inclusive, por exemplo, a Convenção 29 contra o trabalho forçado (adotada em 1930). Segundo o Departamento de Normas da OIT, numa análise realizada em 2013 sobre a Convenção 169, a marginalização e o empobrecimento dos povos indígenas e tribais no mundo inteiro estão sujeitando-os mais às práticas análogas ao trabalho escravo, tráfico de pessoas, trabalho perigoso, discriminação, e as piores formas de trabalho infantil. Frequentemente os povos indígenas sofrem discriminação e represálias contra seus próprios meios tradicionais de sustento, e especialmente quando os direitos aos recursos naturais nas suas terras não são respeitados. Portanto, os direitos de trabalho e as proteções em prol dos povos indígenas e tribais continuam sendo uma prioridade da OIT, que tem tudo a ver com o seu mandato histórico e constitucional, e que também se expressa na adoção da Convenção 169 em 1989. A Convenção 169 não trata apenas as questões relacionadas às terras, mas também todo o universo de direitos e políticas de trabalho relevantes para os povos indígenas e tribais, inclusive, por exemplo, a contratação e condições de emprego, formação profissional, artesanato e indústrias rurais, educação, e seguridade social e saúde. No entanto, o assunto das terras é fundamental para enfrentar os desafios relacionados ao emprego sustentável e ao trabalho decente dos povos indígenas e tribais.

Há muitas críticas à Convenção 169. Entre elas, a autoidentificação dos povos. Segundo os críticos, o Brasil não teria como demarcar todas as terras usando esse critério. Como a OIT avalia isso?

O Artigo 1º, inciso 2º da convenção deixa claro, sem dúvida, que a autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada “um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente convenção”. Mas além dessa referência à autoidentificação, também o Artigo 14º, inciso 2º da convenção deixa claro que são os governos que “deverão adotar as medidas necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.” E o Artigo 14º, inciso 3º, fala dos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.” Por fim, o Artigo 34 estipula que “a natureza e o alcance das medidas que sejam adotadas para por em efeito a presente convenção deverão ser determinadas com flexibilidade, levando em conta as condições próprias de cada país”. Por conta do próprio conteúdo da convenção que prioriza a auto identificação dos povos como critério fundamental, mas também reconhece toda a legitimidade e a soberania do governo do Estado membro para solucionar disputas quanto às demarcações das terras, não considero que essas críticas à norma da OIT são bem fundamentadas. Mas vale ressaltar que o Artigo 6º também estabelece o dever dos governos de realizar consultas prévias com os povos indígenas e tribais interessados sobre qualquer medida relevante aos direitos reconhecidos pela convenção, “efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir

CONT.



o consentimento acerca das medidas propostas”.

Outra crítica é que países como os Estados Unidos e Canadá, que têm população indígena significativa, e a maioria dos países ricos não ratificaram a convenção. Como a OIT avalia isso?

Vinte e dois países ratificaram a convenção, sendo 14 da América Latina. Os outros são os seguintes: República Centro Africana, Holanda, Dinamarca, Fiji, Dominica, Nepal, Noruega, e Espanha. Ou seja, entre eles há vários países europeus que não podem ser considerados exatamente “pobres”.

E como a OIT avalia as reclamações de que a convenção atrapalharia o desenvolvimento do país?

Pelo contrário, a convenção foi desenhada e adotada para contribuir para o avanço do desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo dos Estados membros da OIT. Conforme observado pelo Departamento de Normas da OIT em 2013, os povos indígenas sofrem de taxas de pobreza bem mais altas do que outros setores da sociedade, com grandes déficits na saúde e na educação pública. Muitos desses déficits são produtos de uma discriminação estrutural, expressa em investimentos públicos baixos e inferiores para os povos indígenas. Em grande medida as contribuições dos povos indígenas e tribais à economia e ao desenvolvimento nacional ficam despercebidas por conta da natureza de sua atividade econômica, voltada ao próprio sustento da comunidade ou categorizada como trabalho do setor informal e de baixa qualificação. Hoje em dia há mais reconhecimento sobre a promessa econômica relacionada à superação da discriminação contra os povos indígenas e tribais. Há um grande potencial para o desenvolvimento de um país bem ligado ao conhecimento e à perícia das culturas indígenas quanto aos sistemas alternativos de produção e o usufruto de recursos naturais. A Convenção 169 visa à realização da seguinte meta: se os direitos dos indígenas e dos tribais no processo de desenvolvimento forem respeitados, os povos vão contribuir ainda mais ao avanço sustentável da economia.

Há um prazo de dez anos para o Brasil denunciar a convenção, que vence em 24 de julho de 2014, é isso mesmo? É que há divergências quanto a esse prazo. Mas, considerando que a data da promulgação foi em 25 de julho de 2003, os dez anos vencerão neste ano, certo?

Todas as convenções da OIT, inclusive a Convenção 169, estão abertas à denúncia desde a data inicial da sua vigência como instrumento internacional, e definida assim pelo Artigo 38º, inciso 2º da própria convenção. Conforme definido pelo Artigo 38º, inciso 2º, a Convenção 169 entrou em vigor no dia 05 de setembro de 1991. Portanto, e segundo as instruções do artigo 39, o único período permitido agora para uma denúncia da Convenção 169 será entre o dia 05 de setembro de 2021 e o dia 05 de setembro de 2022. Essa observação foi confirmada recentemente pelo Departamento de Normas da OIT.



Cursos do Senar/MS contribuem na nutrição de indígenas

SÍTIO CONE SUL NEWS, 26.08.2013

Melhora na alimentação dos indígenas da Aldeia Amambaí, crianças mais nutridas e enriquecimento na refeição dos enfermos que atualmente ocupam os leitos da Casai – Casa da Saúde Indígena. Estes são alguns dos reflexos das capacitações oferecidas aos indígenas de Amambai pelo Senar/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de MS, segundo a assistente social da Sesai - Secretaria Especial de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, Lilian Martins Jara.

De acordo com Lilian, a parceria entre a Funasa – Fundação Nacional da Saúde e o Sindicato Rural de Amambai e o Senar/MS possibilitou que cerca de 100 indígenas das aldeias Amambaí e Limão Verde fossem qualificados, desde o ano passado. “Capacitamos também as cozinheiras da Casai, que hoje alimentam com mais qualidade os enfermos. A melhora na nutrição das crianças é nítida e ainda verificamos mulheres com a pretensão de se tornarem empreendedoras”, enfatizou a assistente social.

Além dos cursos relacionados ao processamento de alimentos, os indígenas das aldeias de Amambai, já participaram de capacitações voltadas à fabricação caseira de produtos de limpeza, corte e costura, artesanato em palha de milho e beneficiamento e transformação caseira da mandioca.

Incentivados pela melhoria na alimentação das aldeias, os Guaranis Kaiowás solicitaram ao Sindicato Rural do município outros sete cursos, que incentivam o empreendedorismo, a diversificação da fonte de renda e novas oportunidades de profissionalização. Os cursos de Cultivo de mandioca, processamento caseiro da banana, do milho, de derivados da soja, de produção de alimentos saudáveis, controle de orçamento familiar e prevenção a incêndio florestal compõem a lista de capacitações requeridas, que ainda serão solicitadas ao Senar/MS.

O presidente do Sindicato Rural de Amambai, Diogo Peixoto, afirma ser necessária a criação de mecanismos para a independência financeira dos indígenas. “Para que o indígena tenha dignidade são necessários mecanismos, estudos e capacitações” pontua o presidente. “Quando oferecemos cursos aos responsáveis pelas aldeias somos recebidos com imensa alegria. Em uma experiência com a qualificação de artesanato de palha de milho, mulheres da aldeia produziram materiais que não imaginavam ser capazes, colocaram à mostra belas artes e criaram renda”, reforçou Peixoto.

Para o superintendente do Senar/MS, Rogério Beretta, os indígenas têm potencialidades que precisam ser estimuladas. “O desempenho dos indígenas nas capacitações não se difere em nada do desempenho dos demais profissionais que capacitamos. Vemos a necessidade de aumentar as qualificações nas aldeias para provocar o perfil empreendedor e motivar a diversificação de renda por meio da produção rural”, enfatiza Beretta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

O Senar/MS, por meio do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, capacitará até o fim de julho cerca de 90 indígenas em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Caarapó, Aquidauna e Ponta Porã.

Em Portugal, lideranças indígenas brasileiras denunciam violações

SÍTIO DESACATO, 08.07.2014



Em colóquio na Universidade de Coimbra, representantes de diferentes povos defendem que direitos não podem ser tratados de forma separada da garantia de seus territórios, que é prioridade para o movimento indígena

Por Maurício Hashizume.

A tônica do Colóquio Internacional "Território, Interculturalidade e Bem-Viver: as lutas dos povos indígenas no Brasil", ocorrido no auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), em 24 de junho, foi a de reforçar a contribuição das mobilizações e enfrentamentos liderados por povos e organizações indígenas a fim de resistir aos variados ataques do sistema capitalista-colonial-patriarcal e de promover modos de vida que desafiam o modelo hegemônico ocidental, com base na interculturalidade.

O encontro foi promovido no âmbito do Projeto ALICE, do Centro de Estudos Sociais (CES), e contou com a presença em Portugal de uma delegação de sete lideranças de diferentes regiões e etnias, tendo à frente a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Os participantes defenderam que as lutas dos indígenas no Brasil por direitos não se restringem aos povos em si, mas dizem respeito à humanidade, em geral. E que a saúde indígena e outros direitos sociais em seu conjunto, incluindo as questões da perspectiva das mulheres, não podem ser tratadas de forma separada da garantia dos seus territórios, que é prioridade para o movimento indígena – leia mais sobre o debate em torno da luta pela terra no texto Comitativa de lideranças indígenas recebe apoio em colóquio na Universidade de Coimbra.

CONT.



Saúde indígena

O coordenador do Setor de Saúde Indígena da Hutukara Associação Yanomami, Dário Vitório Kopenawa Yanomami lamentou o processo de “perda” da medicina tradicional por parte de muitos indígenas. “Para nós, é muito importante. Nossos pais e avós nos ensinaram e não vamos largá-la”, disse. Filho do líder Davi Kopenawa Yanomami, Dário destacou que, apesar da atuação de milhares de pajés em seu povo, quem vive na floresta não recebe a atenção devida do poder público. Para ele, a recusa de médicos brasileiros de trabalhar em territórios indígenas – suprida parcialmente pela chegada de médicos cubanos, por meio do Programa Mais Médicos – é uma “vergonha”.

“E quando nos deslocamos para atendimentos na cidade, sofremos com a discriminação, que é antiga, mas continua até hoje”, completou Dário, que cursa o terceiro ano de Gestão Territorial no Instituto Insikiran, unidade dedicada a estudantes indígenas na Universidade Federal de Roraima (UFRR). No entendimento dele, persiste no Estado e na sociedade brasileira uma insinuante lógica “anti-indígena”. As autoridades, emendou, não tratam os direitos indígenas com a devida importância; ao passo que o assédio e a corrupção seguem ameaçando os povos, que sofrem também com a invasão de garimpeiros, que deixam um rastro de contaminações (mercúrio, derramamento de combustíveis etc.) e de doenças.

A busca pelo reconhecimento da medicina tradicional também foi mencionada por Maximiliano Correa Menezes, do Povo Tukano, coordenador geral da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). O empecilho principal que prejudica o funcionamento da Sesai, na avaliação dele, não é exatamente a falta de recursos financeiros. “Recursos existem. O problema é a gestão”, declarou a liderança com trajetória na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). Apesar de reconhecer a relevância do Mais Médicos em territórios indígenas, ele sublinhou as peculiaridades requeridas para cada tipo de atendimento. “As duas medicinas (a tradicional e a ocidental), juntando forças, tende a curar muito melhor”, recomendou.

A discriminação dirigida aos indígenas foi confirmada por Maximiliano, que compartilhou com o público presente a dificuldade em ver atendido o filho em um hospital militar quando de um atropelamento. “Para os brancos, os indígenas sempre estão errados. E ainda somos tidos como submissos em um ambiente que nos massacra”, colocou, antes de repetir que o Bem-Viver dos povos “não significa ficar rico”, mas estar “em harmonia”. “Na cidade, as pessoas passam o tempo todo correndo. Não tomam banho de rio, não sentem a água no corpo. Como valorizar a natureza se as pessoas não têm contato com ela? Nós sentimos e vivemos com a natureza. Por isso a valorizamos tanto”, prosseguiu. O que precisa ser reforçado, segundo ele, é o fato de que a luta dos povos indígenas é por todos, é pela continuidade da vida. “Se sumirem os povos indígenas, sumirão todos”.

Mulheres

Em sua apresentação, Telma Marques (Povo Taurepang), secretária do Movimento de Mulheres Indígenas do Conselho Indígena de Roraima (CIR), adotou como foco as interferências da “invasão do homem branco” na rotina das mulheres indígenas, que exercem uma ampla gama

CONT.



de funções. Telma citou desde os impactos relacionados ao meio ambiente (aquecimento global etc.), à organização comunitária e à saúde. Como consequência de projetos motivados por interesses econômicos, as mulheres, completou, acabam sendo muitas vezes violentadas, inclusive com registro de estupros.

“Violações em nome da aceleração do crescimento seguem ocorrendo, dessas e de outras formas”, afirmou a secretária do CIR. Legislações que deveriam assegurar os direitos indígenas seguem sendo, de acordo com ela, desrespeitadas. A adoção de algumas propostas que partiram das próprias bases – como a dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS), que se disseminou a partir de experiências na Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, em Roraima – ajudou a dar mais flexibilidade e qualidade ao atendimento, uma vez que passou a ser feito pelos próprios indígenas.

Aos presentes, pediu ajuda para enfrentar “as agressões que continuam” afetando os povos indígenas e “o capitalismo que consome tudo”. Emocionada, entregou um bastão da chuva, confeccionado com rituais do povo Taurepang, e partilhou também o cocar que ela mesma usava ao professor anfitrião Boaventura de Sousa Santos, professor Boaventura de Sousa Santos, coordenador do Projeto ALICE e diretor do CES.

O viés de complementaridade da participação da mulher foi destacado por Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). “Dentro da nossa comunidade, as mulheres participam intensamente. Não mudei de postura ao assumir as posições nas organizações das quais faço parte”, explicou. Para ela, as mulheres, portanto, não podem assumir papéis apenas como figurantes, mas para “fazer a diferença”.

Também convidada a fazer parte da mesa, a antropóloga Luciane Ouriques reiterou os fundamentos da Constituição Federal de 1988 que, em seu art. 231, reconhece a “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” dos povos indígenas, assim como os “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Tais normas compõem o arcabouço jurídico para políticas públicas específicas que teriam, por isso, de conciliar um direito de cunho universal com princípios da interculturalidade, ou seja, de articular o atendimento ordinário na área de saúde com conhecimentos e práticas de medicina tradicional. Mas, passados 15 anos desde que as bases das políticas foram lançadas, não se sabe ainda ao certo “como lidar” com a questão.

Já em seu comentário, a pesquisadora Teresa Cunha, do Centro de Estudos Sociais (CES), frisou que as táticas de cercar e aniquilar os povos e comunidades, com lógicas mesmo de guerra em confrontos muito desiguais, podem ser encontrados também em África, de modo muito semelhante. Teresa condenou a conduta arrogante de setores da academia que pretendem “dar a voz” a coletividades e lideranças que “têm as suas próprias vezes” e repetiu a importância do princípio da não separação entre homens e mulheres, em uma lógica de posicionamento lado a lado, sem que ninguém esteja na frente ou atrás. “Apesar dos sofrimentos, as mulheres são as grandes construtoras do futuro”.

Compromissos

CONT.



Na mesa de encerramento do colóquio, Jacir de Souza, liderança histórica do Povo Macuxi e ex-coordenador do CIR, prestou homenagens ao conjunto de pessoas que viabilizaram o evento, com menção especial ao professor Boaventura de Sousa Santos, inclusive convidando-o para uma visita à Roraima. Repisou também a explicação sobre a importância da união de forças como no símbolo do “feixe de varas”, para enfrentar o sistema adverso que cercam aqueles que buscam uma realidade diferente. Juntas, as lideranças entoaram um canto Macuxi para celebrar o momento, assim como a secretária Telma Taurepang já havia feito durante a sua apresentação.

Na mesma derradeira sessão, foi lido e divulgado um manifesto em defesa dos direitos indígenas (Carta de Coimbra), que propõe inclusive, entre outras coisas, um impulso à criação da Universidade Intercultural Indígena. Firmou-se também um convênio entre o Projeto ALICE/CES e a APIB para o estreitamento de relações entre as entidades através de intercâmbios, estudos e atividades conjuntas. O CES e a Comissão Pró-Criação da Escola de Participação Popular e Saúde, representada pelo professor da Universidade de Brasília (UnB), Márcio Florentino Pereira, assinaram ainda um memorando para formalizarem a intenção de, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e UnB, constituírem a escola de Participação Popular e Saúde.

De sua parte, o professor Boaventura reforçou a posição assumida de defesa da autonomia e da autodeterminação povos indígenas. “Sinto o peso da responsabilidade”, ratificou. Relatou ainda que já fora questionado por altas autoridades da República brasileira acerca dessa postura, inclusive por conta do apoio declarado à homologação em área contínua no julgamento do caso da própria Raposa Serra do Sol no Supremo Tribunal Federal (STF). Naquela ocasião, chegou a receber críticas diretas por se preocupar com minorias (seriam só 250 mil votos, diziam os contrariados) em detrimento da dita maioria nacional. “Quanto menos são, mais preciosos”, teria respondido o próprio Boaventura, com a justificativa de que a pouca quantidade de indígenas em termos percentuais consiste em uma prova de que “o genocídio foi maior”.

Os povos indígenas, de acordo com o sociólogo, são “qualitativamente representativos”, justamente porque estão à frente de causas que não se limitam a eles próprios. A alta concentração de biodiversidade em territórios indígenas os situa como “guardiões da Mãe-Terra”. “Se a diversidade é um bem para todos, a garantia dos direitos indígenas favorece a humanidade. Essa leitura permite alianças”, pontuou. Como está demonstrado em diferentes contextos dentro e fora da América Latina, os povos indígenas encabeçam, portanto, lutas em nome amplas e aglutinadoras, acrescentou o professor. “Sinto o peso da luta por um outro futuro que possa dignificar a todos e todas”.

Fonte: Repórter Brasil

Foto: Miguel Mesquita



Ação desarticula desmatamento em terra indígena

SÍTIO ALTAMIRA HOJE, 08.07.2014

De acordo com a denúncia, havia desmatamento ilegal na Terra Indígena Trocará

O Ministério Público Federal (MPF) junto com a Polícia Federal e Militar do Pará e a Fundação Nacional do Índio (Funai), realizaram durante a manhã da última quinta-feira (3), no município de Tucuruí, sudeste do Pará, uma operação conjunta que investigou denúncias feitas por lideranças de tribos indígenas.

De acordo com a denúncia, havia desmatamento ilegal na Terra Indígena Trocará, dos Asurinís do Tocantins, localizada entre os municípios de Baião e Tucuruí.

Durante a operação, foram realizadas vistorias em diversas madeiras, seguindo até a área onde ocorreram as derrubadas de árvores. Os policiais encontraram várias toras de madeiras de lei, deixadas pela ação ilegal.

A operação foi programada a partir de informações encaminhadas pelos indígenas à Funai e repassadas ao MPF no último dia 27.

Segundo a denúncia das lideranças dos Assurinís, para derrubar as árvores os desmatadores ilegais abriram caminhos no meio da mata. De acordo com dados já coletados pelo MPF, essa foi a primeira denúncia desse tipo de irregularidade na área indígena.

(DOL com informações de Wellington Hugles/RBA TV)

Indígenas retomam receita do tsadaré, bolo de milho xavante em Marãiwatsédé
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.07.2014

Oficina favorece transmissão de saberes entre jovens e anciãs na terra Xavante de Marãiwatsédé, no Mato Grosso. O tsadaré é um bolo feito em cerimônias rituais e possui grande importância nas relações de troca-reciprocidade, geralmente consumido pelos anciãos da aldeia. Na experiência da oficina, os anciãos elogiaram a iniciativa e ficaram satisfeitos com o retorno do alimento.

Por Andreia Fanzeres/OPAN, com fotos de Danilo Guimarães/OPAN, na CPT

São Félix do Araguaia, MT – Um grupo de mulheres da Terra Indígena Marãiwatsédé voltou a produzir a receita tradicional do bolo de milho xavante feito na brasa (tsadaré). Elas participaram de uma oficina apoiada pela escola indígena e pela OPAN (Operação Amazônia Nativa) no mês de abril, e transmitiram seus saberes culinários às moças mais jovens. Muitas disseram que até aquele momento nunca tinham cozinhado o tsadaré do jeito como as anciãs ensinaram.

Os Xavante escolheram uma receita com o milho xavante (nodzö), aproveitando sua sazonalidade, já que muitos indígenas haviam feito a colheita semanas antes. A professora e liderança xavante Carolina Rewaptu foi uma das responsáveis por conduzir o processo de ensino-aprendizagem, junto com 25 jovens (de 12 a 20 anos), quatro mulheres adultas e cinco anciãs.



CONT.

Elas cozinham três bolos de milho e assam mandiocas com casca na brasa, de forma tradicional. O tsadaré é um bolo feito em cerimônias rituais e possui grande importância nas relações de troca-reciprocidade, geralmente consumido pelos anciãos da aldeia. Na experiência da oficina, os anciãos elogiaram a iniciativa e ficaram satisfeitos com o retorno do alimento. Enquanto as mulheres fazem o tsadaré, os homens empenham-se em atividades de caça para que a carne complete a refeição. A caça é uma atividade de altíssimo valor cultural para os Xavante, e, mesmo utilizando cada vez mais a carne de animais domésticos no cotidiano, ela não substitui seu status para os indígenas.

Em função da situação generalizada de desmatamento e degradação do território de Marãiwatsédé, fruto de duas décadas de invasões, a realização de expedições de caça é um desafio. Do mesmo modo, a escassez de milho tradicional tem feito com que as mulheres adicionem farinha de trigo e açúcar à receita, afastando-se do modo tradicional e sem aproveitar as propriedades do nodzö.

Além do tsadaré, as mulheres assam também outros bolos de milho menores, de cozimento mais rápido no borralho, isto é, diretamente nas cinzas sem a proteção de folhas de bananeira-brava. Esta é uma técnica de armazenamento do alimento, para que dure em tempos de escassez.



Receita do bolo de milho tradicional xavante tsadaré

Ingredientes:

Milho xavante debulhado
Água
Folha de bananeira-brava
Terra de cupinzeiro

CONT.



Modo de fazer:

Primeiramente, o milho foi pilado e peneirado, transformando-se em uma farinha. As indígenas adicionaram água e fizeram uma massa, colocando-a nas folhas de bananeira-brava em formato circular. Durante a montagem do bolo, as anciãs quebraram os cupinzeiros e jogando-os em cima do fogo com madeira. A terra de cupinzeiro tem propriedades que permitem a absorção de uma grande quantidade de calor, sem carbonizar o alimento. Após a montagem do bolo nas folhas de bananeira, eles foram colocados sobre o fogo e a terra dos cupinzeiros. Deste modo, cozinhou por aproximadamente três horas.



Comissão de Agricultura discutirá regularização de área quilombola em MG
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.07.2014

Agência Câmara

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados vai realizar audiência pública para discutir a regularização de área quilombola no município de Pai Pedro, em Minas Gerais, e em regiões vizinhas.

A audiência, ainda sem data definida, foi sugerida pelo deputado Zé Silva (SD-MG). Ele explica que, de acordo com prefeitos, presidentes de associações e vereadores, o processo de demarcação do território das famílias remanescentes de quilombolas nessa área não contou com a participação da população local.

Segundo Zé Silva, não está bem definido o destino das famílias residentes nas áreas e a participação do poder público e da comunidade local.

Situação atual

De acordo com um levantamento feito pela Fundação Palmares em 2013, Minas Gerais tem cerca de 400 comunidades em processo de identificação. Segundo o laudo de identificação e delimitação territorial do Quilombo Gurutuba, a comunidade quilombola é composta por 27 grupos, nos municípios de Pai Pedro, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Porteirinha e Catuti.

Desde 2003, com a publicação do decreto presidencial que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (4.887/03), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é o órgão competente para lidar com a questão.

Convidados

Foram convidados a participar da audiência pública o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes; o secretário de Agricultura de Minas Gerais, André Merlo; o presidente da Fundação Palmares, Hilton Cobra; prefeitos dos municípios afetados; e representantes dos quilombolas e de agricultores.



Dívida de R\$ 18 mi ameaça comunidades quilombolas

SÍTIO CEDEFES, 08.07.2014

Três comunidades quilombolas paraenses estão ameaçadas de ser totalmente inviabilizadas de sobreviver financeiramente, caso seja mantida uma decisão judicial que as obriga a pagar o Imposto Territorial Rural (ITR). A dívida das comunidades já atingiu R\$ 18 milhões.

A primeira a ser ameaçada diretamente é a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (Arquia). No fim de abril, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região revogou uma liminar de maio de 2012 que suspendia os débitos de ITR da associação quilombola já inscritos na dívida ativa, assim como lançamentos posteriores.

Com a revogação da liminar, a associação quilombola já não pode obter a certidão negativa junto à Receita Federal, necessária ao acesso a diversas políticas públicas que possibilitam acesso a serviços fundamentais como moradia. Os quilombolas ficam impedidos, por exemplo, de acessar o programa Minha Casa Minha Vida, que beneficiaria 500 famílias das mais de mil que habitam a terra quilombola atualmente.

"Nós estávamos no meio de um processo para conseguir financiamento do Minhas casa, Minha vida Rural, para beneficiar 500 famílias, e agora o nome da associação voltou para o negativo e não temos mais como acessar. Temos toda a documentação, está pronta e toda a comunidade está na expectativa", afirma Edilson da Conceição Côrrea Cardoso da Costa, 55 anos, dirigente da Associação das Comunidades Quilombolas da Ilha de Abaetetuba.

TRIBUTO É ILEGAL

O líder quilombola ainda se mostra surpreso com a decisão. "Nós ficamos marginalizados. As políticas públicas não chegam até a gente. Queremos uma explicação, saber por que estamos devendo R\$ 18 milhões. Como isso é possível?", questiona.

A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal concorda com a posição dos quilombolas. Já havia, inclusive, divulgado parecer demonstrando que nas terras quilombolas não pode incidir tributação do ITR.

A avaliação é de autoria do procurador Celso de Albuquerque Silva, coordenador do Núcleo dos Direitos Difusos e Coletivos da Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

Além da comunidade de Abaetetuba, há ameaças semelhantes a comunidades de Oriximiná e Óbidos. De acordo com o advogado Luiz Gustavo Bichara, que está cuidando do caso sem custo nenhum às comunidades, a cobrança da Receita Federal não leva em conta fatores social e ambiental.

"A União reconhece a dívida histórica que tem com essas comunidades e a Constituição

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

determina que estas famílias tenham a posse de seus territórios. E a mesma União faz uma cobrança milionária para estas famílias. Não faz sentido”, diz ele. O advogado afirma também que as áreas onde vivem os quilombolas são locais com a floresta preservada. “O governo prevê isenção do imposto em áreas de preservação também”, disse. “Estamos muito confiantes que conseguiremos reverter esta situação”, acrescenta.

A ação ainda não chegou ao fim, mas enquanto isso resta insegurança para estas comunidades, já que a dívida continua a crescer.

Fonte: Diário do Pará



Juntos: Índios e produtores rurais protestam em Roraima

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 08.07.2014

Índios Yanomami e produtores rurais da comunidade Sikamabiu, no município de Mucajaí, região Sul de Roraima, bloquearam a ponte que dá acesso a localidade. O protesto, que iniciou na manhã de segunda-feira (7), tem a participação de produtores rurais, que alegam não ter como escoar a produção devidos as más condições da ponte.

De acordo com o coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana, João Catalano, o movimento tem a participação de mais de 50 indígena e 40 produtores. "Eles anunciaram que só deixarão o movimento após um posicionamento do governo sobre quando a ponte deverá ser arrumada", disse.

O bloqueio da estrada é total. Os manifestantes, segundo Catalano, não deixam ninguém passar. "Ontem a tarde um professor foi amarrado e impedido de seguir viagem. Esperamos um posicionamento do governo o quanto antes, para evitar um possível conflito", destacou o coordenador. Ainda segundo ele, caso a ponte caia, a comunidade Sikamabiu ficará isolada.

A Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinf) de Roraima informou que o Departamento Estadual de Infraestrutura de Transportes (DEIT) vai enviar na próxima quinta-feira (10), uma equipe técnica para avaliar as condições da estrada e das pontes de acesso a propriedades rurais e à comunidade indígena Sikamabiu, na região de Samaúma.



Demarcações no oeste do Paraná podem começar ainda este ano
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 08.07.2014

O coordenador da Regional da Funai no oeste do Paraná, Antônio Izomar Marini, disse ao jornal Correio do Povo que os estudos para demarcação de terras indígenas na região de Guaíra e Terra Roxa ficarão prontos ainda em 2014. Em janeiro deste ano, a presidenta da Funai determinou a criação de um Grupo Técnico para concluir os estudos antropológicos, cartográficos e ambientais de identificação das áreas indígenas nos dois municípios. Marini disse porém que "ainda não há como saber os desdobramentos".

Conforme mostramos aqui no #Qi, há duas semanas a presidente da Funai, Guta Assirati, aprovou a demarcação da primeira das várias terras indígenas previstas para o oeste do Paraná. Veja aqui: Funai demarca Terra Indígena no reduto eleitoral do relator da #PEC215

Na opinião do historiador Paulo Porto, vereador em Cascavel, município também envolvido nas demarcações, o ideal é que a União pague indenização aos agricultores e faça a demarcação de terra indígena. "Toda essa área foi historicamente habitada por índios. Quando os ditos pioneiros chegaram ao Oeste do Paraná, nos anos 1950 ou 1960, os índios já tinham sido deslocados pelas empresas de exploração de mate e outras, mas continua sendo uma terra indígena", afirma. "Há duas vítimas. Os agricultores que se instalaram no local de boa-fé e os índios."

O pagamento de indenizações aos produtores rurais cujas terras são incluídas em demarcações de áreas indígenas pela Funai é ilegal. A Constituição Federal assevera que terras indígenas são bens da União. Uma vez que o laudo da Funai diz que uma determinada área é indígena o Governo fica impedido de comprar os imóveis, por que, de ofício, eles já pertencem ao governo.

Resolver esse problema requer uma alteração na legislação e talvez não há tempo hábil para isso este ano. As demarcações no oeste do Paraná poderão ser feitas com o atual modelo que resulta em expropriação e expulsão dos produtores rurais.



Porto Seguro promoverá ação de saúde em Trancoso com Carreta Odontomóvel
SÍTIO TOPA TUDO NEWS, 09.07.2014

Nos dias 11 a 17/07, a Secretaria de Saúde de Porto Seguro em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e o Governo do Estado da Bahia, realizará no distrito de Trancoso grande ação de saúde bucal para ampliação do acesso à assistência odontológica para crianças e população indígena.

A campanha conta com uma carreta odontológica móvel, composta por dez consultórios, equipe de profissionais odontólogos, com capacidade técnica de realizar até sete mil procedimentos odontológicos no período da ação, reabilitando e devolvendo o sorriso a crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos da rede pública de ensino e também a população indígena.

Para ter acesso ao serviço, a secretaria de educação juntamente com a saúde estão organizando todo o fluxo junto as escolas municipais daquela localidade a fim de que o maior número possível de crianças sejam atendidas. "Entendemos que este Programa é extremamente importante porque está associado as diversas atividades de saúde bucal implementadas em Porto Seguro, sendo uma eficiente oportunidade que ampliará o acesso das crianças e da população indígena na promoção, prevenção e recuperação odontológica ", afirma a prefeita Claudia Oliveira.



Programação da 66ª Reunião Anual da SBPC já está definida

SÍTIO UFMT, 09.07.2014

A programação da 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que será realizada em Rio Branco, na Universidade Federal do Acre (Ufac), de 22 a 27 de julho, com o tema "Ciência e tecnologia em uma Amazônia sem Fronteiras", já está definida. No total, serão 199 atividades, com a participação de pesquisadores renomados do Brasil e exterior, e gestores do sistema estadual e nacional de C&T. Haverá 51 conferências, 62 mesas-redondas, 54 minicursos, 16 encontros, 07 sessões especiais, 05 assembleias. A programação completa e outras informações sobre a 66ª Reunião Anual podem ser obtidas no site.

A programação da 66ª Reunião Anual da SBPC foi preparada com o objetivo de levar aos participantes um panorama amplo do que melhor se faz em ciência hoje no Brasil. Entre os temas que serão debatidos nas conferências, estão "Ciência e Tecnologia: Imperativo para o desenvolvimento Brasileiro"; "Serpentes peçonhentas e acidentes ofídicos no Brasil"; "Reservas Extrativistas 25 anos depois"; "O Brasil no espaço - As aplicações e os serviços oferecidos por satélites"; "Biodiversidade e sociedades tradicionais na Amazônia"; e "O uso de animais em pesquisas e no ensino", entre outras. Entre os temas discutidos nas mesas-redondas estão: "Amazônia: O desafio de formação e fixação de doutores"; "Os impactos socioambientais da exploração de petróleo e gás de xisto no Acre"; "O marco civil da internet", e outros.

Assim como ocorre em todas as reuniões anuais da SBPC, a de Rio Branco tem como um de seus objetivos principais popularizar e valorizar a produção científica nacional e inseri-la no cotidiano dos cidadãos. Também a exemplo dos eventos anteriores, a 66ª Reunião Anual será um importante fórum para a difusão dos avanços da ciência nas diversas áreas do conhecimento e um espaço de debates de políticas públicas para a ciência e tecnologia.

Junto com a 66ª Reunião Anual da SBPC terão realizadas também a SBPC Jovem, a ExpoT&C e a SBPC Mirim. A SBPC Jovem teve sua primeira edição em 2003, durante a 55ª Reunião Anual. Desde então, acontece todos os anos. Trata-se de um evento com atividades que visam despertar o interesse dos jovens pela ciência e tecnologia. A programação contará com oficinas, salas temáticas, e apresentações culturais.

Novidades

Nesta edição a SBPC prepara um conjunto de novidades. Pela primeira vez, a entidade realiza o "Dia da Família na Ciência", atividade que passará a fazer parte das reuniões anuais da SBPC. Tradicionalmente, elas começavam no domingo e encerravam na sexta-feira, da mesma semana. A de Rio Branco será a primeira que começará numa terça-feira, com encerramento no domingo, da mesma semana. A intenção é atrair as famílias e a população de forma geral para o maior evento científico do Brasil.

CONT.



Outra novidade é a SBPC Indígena. Com esta proposta, está inclusa na programação científica uma série de debates acerca do universo indígena como "Os povos indígenas e as políticas públicas", "Índios isolados no Acre", "Os povos indígenas e a universidade - discutindo as possibilidades e as políticas atuais", além da realização de rituais e apresentações musicais de povos indígenas do Brasil, Bolívia e Peru.

Minicursos

Entre os temas dos 54 minicursos estão "Astronomia indígena", "Controle da qualidade da água", "A modelagem matemática de fenômenos ligados a degradação por atividade antrópicas em mata Amazônica", "Geologia do petróleo", "DSTs virais e drogas de abuso - como abordar a temática dentro da sala de aula", "Conversando sobre doenças tropicais", entre outras.

A programação completa e outras informações sobre a 66ª Reunião Anual podem ser obtidas no endereço: <http://www.sbpnet.org.br/riobranco/home/>. (Ascom SBPC)



Nova demarcação no Paraná: Funai rasga Constituição para fugir do conflito com pequenos agricultores

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 09.07.2014

Os primeiros estudos feitos pelos antropólogos da Funai sobre a ocupação tradicional dos índios Xetá na região oeste do Paraná identificaram uma área de 12 mil hectares. Mas com a eclosão dos conflitos indígenas e as evidências de que a Funai vinha tomando terras de produtores rurais para fazer justiça aos índios, os antropólogos reduziram a terra indígena identificada inicialmente para 2,6 mil hectares. A área coincide exatamente com os limites da Fazenda São Francisco. Ou o topógrafo que demarcou a Fazenda acertou com os limites da Terra Indígena, ou a Funai está demarcando a área errada para reduzir o conflito.

A Constituição Federal define o que são terras de ocupação tradicional indígena. Se a Funai falsear os limites de uma demarcação com forma de reduzir o conflito, ela está fora dos padrões constitucionais.

O expediente não chega a ser uma novidade. Foi usado antes na Fazenda Suiá-Missu. Para fugir do conflito com o Bispo Casaldáliga e os sem terra comandados por ele no nordeste do Mato Grosso, a antropóloga demarcou exatamente a área remanescente da Fazenda onde os índios xavante nunca viveram.

Tanto a demarcação da Terra Indígena Marãiwatsédé, feita sobre a área da Fazenda Suiá-Missu, no Mato Grosso, quanto a da Terra Indígena Herarekã Xetá, feita agora sobre a Fazenda São Francisco, no Paraná, são inconstitucionais e podem ser desfeitas.

Fazenda São Francisco, demarcada pela Funai como Terra Indígena Xatá, é propriedade da Santa Maria Agropecuária, que produz cana para a usina Santa Terezinha, de álcool e açúcar. A usina emprega cerca de 2 mil pessoas que podem perder seus empregos em razão de mais uma demarcação fraudulenta da Funai.

O mapa da Funai no relatório circunstanciado publicado no Diário Oficial da União mostra uma aldeia de índios Xetá próxima a confluência dos dois rios que formam os limites leste e oeste da nova área demarcada. Mas o Gerente da Fazenda, José Eduardo Meireles, afirma que não há índios vivendo no local. Conforme estudo antropológico feito a pedido da usina, há seis índios xetá vivendo hoje na periferia de Maringá.



Morre Plínio de Arruda Sampaio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.07.2014

A Diretoria e Coordenação Nacional da CPT, bem como seus agentes de Pastoral espalhados nos 21 regionais existentes no país, prestam sua solidariedade à família e aos amigos do lutador Plínio de Arruda Sampaio. Em Nota divulgada agora, a CPT destaca, "A dedicação de Plínio à causa dos homens e mulheres do campo, seu empenho na busca de alternativas para superar a situação injusta de concentração da propriedade da terra, são um exemplo e um estímulo a todos quantos hoje ainda lutam pela reforma agrária e por condições melhores para os que vivem do trabalho na terra". Confira o documento na íntegra:

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da CPT, junto com todos os seus agentes nos 21 regionais, espalhados por todo o território nacional, soma-se a todos os homens e mulheres do campo brasileiro para lamentar a morte de Plínio de Arruda Sampaio, no dia de hoje. Plínio é uma das maiores figuras na defesa da Reforma Agrária e na luta por uma superação da estrutura agrária que privilegia uma elite, sobretudo de latifundiários, deixando a maior parte dos trabalhadores da terra, na situação de sem-terras. Plínio contribuiu para a história e para a política nacional.

Em 1964, quando o golpe militar derrubou o governo João Goulart, Plínio, deputado federal, era o relator da Comissão Especial da Reforma Agrária. Já no governo Lula, Plínio coordenou o grupo de trabalho que elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que poderia ter mudado a estrutura agrária do país em definitivo.

A CNBB, em 2009, o escolheu para ser um dos assessores dos bispos para elaborar uma leitura atualizada da realidade agrária brasileira. Essa leitura se consolidou no documento "Igreja e a Questão Agrária no Início do século XXI", aprovado pela Assembleia Nacional da CNBB, neste ano.

A CPT se considera privilegiada por ter contado com a assessoria de Plínio em muitos momentos dos seus quase 40 anos de existência. Ele também foi apoiador e incentivador de todos os movimentos sociais do campo.

Os camponeses e camponesas do Brasil que há dois meses sentiram o impacto da morte de um dos grandes baluartes da luta no campo, Dom Tomás Balduino, agora sofrem o baque com a perda de outro grande aliado, Plínio de Arruda Sampaio.

A dedicação de Plínio à causa dos homens e mulheres do campo, seu empenho na busca de alternativas para superar a situação injusta de concentração da propriedade da terra, são um exemplo e um estímulo a todos quantos hoje ainda lutam pela reforma agrária e por condições melhores para os que vivem do trabalho na terra. São os agricultores familiares os que colocam os alimentos presentes à mesa dos brasileiros, num país dominado pelo latifúndio e o agronegócio, que tem sua produção voltada para o mercado internacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

À esposa de Plínio, seus filhos e todos os familiares, a CPT apresenta sua solidariedade. Vocês com muita justeza podem se orgulhar do esposo, pai e avô que tiveram, um fiel seguidor do homem de Nazaré e por isso um irmão e pai para todos os que lutam por um mundo mais justo e fraterno.

Diretoria Nacional da CPT

Coordenação Nacional da CPT

Goiânia, 08 de julho de 2014.



MPF verifica situação de aldeias das margens dos Rios Mamoré e Guaporé
SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 09.07.2014

Equipe do MPF esteve em quatro terras indígenas

Quatro aldeias situadas ao longo dos rios Mamoré e Guaporé receberam a visita de uma equipe do Ministério Público Federal (MPF), entre os dias 3 e 5 deste mês. As visitas foram feitas para verificar a situação dos indígenas da região e diagnosticar os problemas em busca de soluções.

“Guajará-Mirim possui a maior população indígena de Rondônia. Mesmo com muitos povos indígenas, cada aldeia tem suas necessidades específicas. Não é possível conhecer estas realidades sem ir às aldeias. A partir da compreensão de cada situação, estamos atuando exatamente no problema de cada uma. Há uma precariedade material geral. Por outro lado, ficamos felizes em constatar riquezas culturais e ambientais ainda preservadas, verdadeiros patrimônios às futuras gerações”, disse o procurador da República Daniel Dalberto.

As terras indígenas visitadas foram Barranquilla, Sagarana, Baía das Onças e Deolinda. Nestes locais vivem diversas etnias, como Makurap, Kanoé, Tupari, Oro Mon, Oro Nao, Cujubim, Djeoromitxi, entre outras.

A visita às aldeias teve a presença do procurador Daniel Dalberto; da antropóloga do MPF, Rebeca Ferreira; e o apoio da Polícia Federal.

Fonte:MPF/RO



Indígenas invadem o prédio da Gerência Regional de Zé Doca e fazem funcionários de refém

SÍTIO AGORA SANTA INÊS, 09.07.2014

Indígenas das tribos Ka'apor, Awa-Guajá e Guajajara invadiram no final da manhã de segunda-feira (7), a Gerência Regional de Zé Doca e fizeram a gestora Regional de Educação, Florência Cutrim cerca de 19 funcionários reféns no interior do prédio.

Centenas de indígenas armados com arcos e flechas informaram que só vão deixar o local depois de uma sinalização de que suas exigências serão atendidas. Os índios denunciam a ausência de políticas públicas voltadas à educação e saúde para os povos indígenas no Estado.

Apenas na noite de ontem os indígenas liberaram os funcionários após marcarem uma reunião para negociar as reivindicações.

Esses mesmos indígenas já haviam bloqueado a BR-316 por dois dias, próximo ao município de Araguanã. O grupo reivindicava a retirada imediata, por parte da Funai, dos madeireiros que estão ocupando suas terras, além da instalação de um posto de vigilância dentro da Terra Indígena Alto Turiaçu. O protesto provocou um longo engarrafamento nos dois sentidos da via. Da redação, com informações do Blog do Maycon



Editora Moderna lança livro *Sou indígena sou criança*

SÍTIO AIB NEWS, 09.07.2014

Obra traz história da criança indígena de forma simples para os pequenos leitores

Com ilustrações de Taísa Borges *Sou indígena sou criança* narra em versos um pouco da cultura indígena. Voltado para crianças a partir de cinco anos o livro é ideal para os pequenos que estão começando na leitura. O livro conta de forma simples um pouco da história de uma criança indígena brasileira, que poderia pertencer a qualquer uma das mais de 200 etnias que existem neste país.

Por meio de rimas o leitor acompanha o dia a dia de um pequeno índio e aprende um pouco sobre a cultura indígena. A obra desperta na criança a curiosidade sobre essa cultura e aponta para a necessidade de preservar os direitos indígenas. O autor que já foi premiado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil sempre procura trazer assuntos importantes de forma simples para as crianças.

“Escrever livros para crianças é uma delícia, mas dá muito trabalho! Cada novo livro é um mergulho profundo no tema proposto. Estou feliz em dividir minha pesquisa de como vivem atualmente os povos indígenas no Brasil”, explica César Obeid.

Sobre o autor

César Obeid é escritor, educador e contador de histórias. É autor de diversos livros para o público infantojuvenil, alguns deles premiados pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ. Frequentemente escreve matérias e artigos para jornais e revistas de educação, como também participa de gravações de programas de televisão e rádio para falar sobre leitura, literatura, poesia e cultura popular.



Agricultores expulsos da Terra Indígena Awá-Guajá ameaçam retomar a área
SÍTIO SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE PORTO SEGURO-BA, 09.07.2014

Matéria apresentada pelo Globo Rural, mostra os agricultores que foram expulsos da área demarcada pela Funai como Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, ameaçam reocupar a área. Depois do expurgo étnico que retirou todos os não indígenas da área, os agricultores foram abandonados pelo governo. Mesmo as famílias que receberam a promessa do reassentamento ainda não receberam seus novos lotes.

Alguns agricultores 400 expulsos já falam em retornar à área de onde foram expulsos. Morando em barracos de palha, 50 famílias das mais de 400 expulsos vivem hoje em um acampamento improvisado no município de Pedro do Rosário.

O local foi um dos indicados pelo Incra para o reassentamento, mas ainda está sendo desapropriada e não há prazo que os agricultores recebam seus lotes. João de Deus é um dos pais de famílias expulsos no expurgo da Awá-Guajá que não sabe quando será reassentado. "Deixei a roça, a casa de farinha, o barraco onde morava. Tudo ficou para trás", diz. José de Oliveira reclama do descaso do governo. "Prometeram para nós que se saíssemos de lá nós iríamos para um assentamento com casa, estrada, igreja. Mas as coisas mudaram e nós saímos sem direito a nada", diz Oliveira.

Celso Araújo, outro pai de família abandonado depois do expurgo étnico da área demarcada no Maranhão, diz que voltará para a terra indígena caso o governo não cumpra a promessa feita. "Tenho sete filhos para dar de comer e estou sem nada. Se o Incra não reassentar nós voltaremos para nossas terras", avisa Araújo. Clique [AQUI](#) e veja a matéria do Globo Rural. Essas pessoas já foram acusadas pelo Sr. Paulo Maldos, ex consultor do Cimi ligado à presidência da república, de serem representando do que temos de mais criminoso.

Fonte: Questão Indígena



Equipe produz vídeo na Comunidade Indígena de Água Santa

SÍTIO RADIO TAPEJARA, 09.07.2014

Mini feira da Saúde aconteceu nesta terça-feira.

A equipe contratada pela LT – 525 KV Linha de Alta Tensão, que é composta por uma Antropóloga, uma Jornalista e uma Produtora de Vídeo, estão na Comunidade Indígena Carreteiro, interior do município de Água Santa, desde o sábado dia 05 de julho, participando de diversos eventos organizados pela própria comunidade em seus seguimentos e capturando imagens para produção de um audiovisual.

Segundo informações obtidas com a Jornalista Sra. Ana Carolina Dionisio, já no sábado dia 05 a equipe iniciou seu trabalho de registro de imagens e coleta de entrevistas com os moradores da comunidade. Registraram imagens da produção de leite e de jogos, ainda participaram e registraram imagens de um jantar (churrasco) e de um baile os quais foram oferecidos gratuitamente para toda a comunidade.

No domingo dia 06, a captura de imagens e as entrevistas tiveram continuidade.

Na segunda-feira dia 07, os trabalhos foram direcionados para a escola, onde foram registradas imagens com os alunos e as suas atividades. Na escola, houve ainda a mostra de pratos típicos da culinária Kaingang, mostra de artesanato, apresentação de danças e brincadeiras típicas.

Ainda na segunda-feira foram registradas imagens de um dos pontos turísticos do município de Água Santa, que é a cachoeira que está situada no interior da Comunidade Indígena Carreteiro, bem como, registradas imagens das antigas casas subterrâneas, local onde os primeiros indígenas que chegaram na região realizaram morada.

Na terça-feira dia 08, a equipe participou e registrou imagens de uma Mini Feira de Saúde realizada na comunidade e deu continuidade às entrevistas e registros de imagens nos diversos seguimentos.

Os trabalhos terão continuidade nessa quarta-feira e para breve as imagens tratadas serão disponibilizadas para que os interessados possam tomar conhecimento de todas as atividades realizadas na Comunidade Indígena Carreteiro.

Segundo o Cacique Valdir é de grande importância o trabalho realizado pela equipe da LT – 525 KV, pois além de mostrar para todos as várias atividades, tanto de auto sustentação como de lazer e convivência, vai servir ainda para desmistificar certos conceitos que são direcionados aos indígenas.

Por: Jovani DeCésaro

Por que o racismo contra indígenas é o maior de todos no Brasil? por Moysés Pinto Neto

SÍTIO ECODEBATE, 09.07.2014



Brasília, 02/10/2013 – Índios fazem protestos na Esplanada dos Ministérios. A manifestação fez parte da semana de Mobilização Nacional Indígena, que reuniu representantes de etnias de todo o país para chamar a atenção da sociedade sobre as violações de direitos das comunidades. Foto de Valter Campanato/ABr.

“Todas as potencialidades de uma tradução cultural que poderia constituir um Brasil plural e inclusive referencial para um novo modelo sócio-econômico ficam soterradas por um projeto monolítico com uma única missão: progredir, produzir, consumir”. O comentário é de Moysés Pinto Neto em artigo publicado no blog O Ingovernável, 06-07-2014.

Eis o artigo.

Admito que é uma estratégia que pode não apenas parecer de mau gosto, mas até de certa perversidade, ficar comparando graus de racismo. Pode parecer que se está desprezando o sofrimento de quem quer que o sofra em algum grau, e tudo isso já seria por si só eticamente inadmissível. No entanto, não é essa minha intenção. Ela é simplesmente a de chamar atenção para uma questão relevante e para um processo em curso que muitas vezes não encontra a mesma repercussão exatamente porque se está diante de um fenômeno extremado. É o caso do racismo contra os indígenas no Brasil.

Tradicionalmente tidos como “primitivos” e por muitos dados por “extintos”, os índios hoje constituem uma parte relevante da população brasileira inclusive populacionalmente, uma vez

CONT.



que vêm tendo alguns focos de recuperação após a Constituição de 1988 e o início das demarcações de terras diante de um massacre de 500 anos. A atribuição de “primitivos” hoje não faz qualquer sentido na medida em que são nossos contemporâneos, a menos que nos consideremos tão superiores aos demais povos que toda aquela cultura que não é a nossa é algo que está “atrás”, “chegando” na nossa, mesmo que ela se passe ao mesmo tempo, tomando diferença por inferioridade. Afora esse preconceito etnocêntrico, Eduardo Viveiros de Castro tem demonstrado ao lado de outros importantes antropólogos que a cultura indígena é também um referencial que pode ser uma linha de fuga para o colapso civilizacional que o Ocidente vive em termos ecológicos, à medida que se contrapõe à nossa “necessidade extensiva” como uma “suficiência intensiva”.

A vida baseada no baixo impacto ambiental dos índios contrapõe-se ao nosso impulso destrutivo que na maioria das vezes, embora materialmente insustentável, justifica-se com base em padrões messiânicos que, mesmo secularizados, continuam alimentando o imaginário político do Ocidente, sobretudo na ideia de “senhorio” da natureza, como se a Terra fosse nossa propriedade numa espécie de “destino comum” a que chegaríamos no fim da História. A forma ameríndia de pensar é completamente diversa, mas não cabe a mim, um mero iniciante nessas questões, desenvolvê-la. Queria apenas afastar qualquer tipo de justificação racional para a forma racista como o índio é visto, mostrando que se trata não de racionalidade, mas de racionalização (no sentido freudiano).

Por que o racismo contra os índios é o mais intenso hoje em dia? Simples: porque os setores políticos que se dirigem contra a injustiça ainda estão majoritariamente abastecidos pelo eurocentrismo e, como tais, pela teleologia do progresso. Assim, de alguma forma existe um destino comum (pode colocar o “comunismo” aí) que nos uniria e libertaria do capitalismo, proporcionando a emergência de novos regimes sociais e econômicos. Que os índios tenham que ser libertados do capitalismo, não há dúvida. Eles sentem esses efeitos por todos os lados, seja pelo colonialismo do agronegócio e da pecuária, seja por verem cada vez mais seu espaço social de convivência reduzido às franjas urbanas, identificando-se com os pobres das cidades e tendo que garantir sua subsistência com artesanato e assistência social do Estado. No entanto, sem dúvida eles não se identificam com a figura do trabalhador explorado que percorre o imaginário da esquerda tradicional.

A questão é que esse imaginário é totalizante e autoritário: ele não aceita dissidência e pluralismo, trabalha a partir de oposições simples e reduz toda figura que transborda a um reflexo pálido de um dos polos. Isso significa que, provando sua brutal ignorância antropológica, boa parte da esquerda, e em especial a que hoje governa o país, considera que o índio é alguém que precisa ser “incluído”, ser transformado em trabalhador e se unir à luta dos demais contra o capitalismo. Em outros termos, essa esquerda subscreve o etnocídio que significaria erradicar as culturas indígenas e as desfigura para que caibam no seu esquadro reduzido que obviamente é um reflexo torto do mundo europeu. Todas as potencialidades de uma tradução cultural que poderia constituir um Brasil plural e inclusive referencial para um novo modelo sócio-econômico ficam soterradas por um projeto monolítico com uma única missão: progredir, produzir, consumir.

Aqueles que estão fora desse espaço de disputa, embora sintam nas margens os efeitos

CONT.



perversos, simplesmente não existem para essas representações. Não existem. Tenho vários amigos governistas e toda vez que lanço o argumento do que o Governo Federal vem fazendo em torno de ofensiva anti-indígena a conversa simplesmente estanca. Ou desvia-se. Perguntado a um importante intelectual brasileiro mais ou menos alinhado ao Governo sobre a dissidência indígena, ele respondeu recentemente que ela “talvez” exista. Nas linhas escritas pelos defensores do Governo Dilma os índios simplesmente não aparecem, a questão não existe. “Índios, pena que já morreram todos, não?” Aliás, a própria questão do reconhecimento do índio é usada como contra-argumento: “índio? Mas usa celular!”. Como se as culturas não se transformassem, como se elas, por se manterem, significassem oásis de pureza, e como se uma das coisas que mais chamasse atenção nas culturas ameríndias fosse exatamente sua vocação antropofágica, seu olhar para o outro que fratura do eu. De qualquer forma o índio sempre perde: se veste calça jeans, não é o índio; se não veste, é primitivo. As duas situações levam ao mesmo raciocínio: acabar com eles.

Assim, enquanto os movimentos negro, feminista e LGBT, por exemplo, conseguiram capitalizar suas demandas e transformar-se em força política de peso, inserindo suas demandas no quadro da política, os índios são objeto de uma indiferença atroz (ressalvadas algumas mobilizações importantes que vem em crescente, mas recebem o silêncio institucional como resposta). A indiferença da invisibilidade, da não-questão, da falta de importância. E nesses termos o discurso da esquerda é exatamente igual ao da direita, que ao fim e ao cabo deseja mesmo é por fim de vez nos índios (“por que demoram tanto!? Esses latifundiários de terra!”). É quase como dissesse: “Não tem como resolver e falta tão pouco para que eles acabem... que terminem logo!”.

Enquanto a esquerda simplesmente ignora a questão, tratando como um problema menor diante da exploração do trabalhador pelo sistema capitalista ou da conquista da igualdade social, ela repete, consciente ou inconscientemente, o projeto da direita, que é erradicar os índios para que os verdadeiros latifundiários possam avançar também sobre essas terras e no final transformar todo o verde em verdinhas. Isso me traz de volta à questão do por que, afinal, o racismo contra os índios é o maior? A resposta é: porque ele é o único que pode ser explicitado como racismo na esfera pública. Os negros nos anos 50 e 60 tinham que conviver com declarações racistas de políticos do Sul dos EUA quando militavam pela igualdade de direitos. Hoje, ninguém se atreveria a fazer declarações racistas senão como um ato falho ou em forma de piada (último esconderijo do racismo).

Ninguém pode chegar na esfera pública e declarar que é racista ou que negros são isso ou aquilo. Com os índios, pode. Uma pessoa pode, como um candidato a senador do Rio Grande do Sul recentemente fez, dizer que “quantos índios no Brasil deixaram de ser índios e se tornaram profissionais respeitados?” Troque índio por negro e se vê o que acontece. Mas não só ele, que é um candidato imediatamente identificado com o conservadorismo. Também tem gente de esquerda (ou de ex-querdas, dizem as más línguas) afirmando que a cultura indígena vai terminar mesmo, e o que se pode fazer é incluí-lo e transformá-lo no pobre trabalhador. A ideologia do progresso está embutida nesse pensamento. Deveríamos relacionar sem pudores essa estratégia à “cura gay”: o que se quer é que o índio não seja mais índio porque não se quer mais diferença. “Incluímos desde que você não seja mais índio”. Ou: “vamos te curar do primitivismo”. A atrocidade disso é patente.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

Por isso, a diferença do racismo com os índios em relação a outras modalidades hoje em dia é essa: os índios são o único grupo social a quem se pode dirigir na esfera pública propondo o extermínio da sua condição especial. Talvez não o único, mas o mais atacado, isso não importa: a questão aqui não é de quantidades, mas de um modelo insuportável de racismo que sobrevive e justifica a ofensiva anti-indígena mais intensa desde a época da Ditadura Militar que vivemos hoje em dia.

(EcoDebate, 09/07/2014) publicado pela IHU On-line, parceira editorial do EcoDebate na socialização da informação.

[IHU On-line é publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo, RS.]

[O conteúdo do EcoDebate pode ser copiado, reproduzido e/ou distribuído, desde que seja dado crédito ao autor, ao EcoDebate e, se for o caso, à fonte primária da informação]

Inclusão na lista de distribuição do Boletim Diário do Portal EcoDebate

Caso queira ser incluído(a) na lista de distribuição de nosso boletim diário, basta clicar no LINK e preencher o formulário de inscrição. O seu e-mail será incluído e você receberá uma mensagem solicitando que confirme a inscrição.

O EcoDebate não pratica SPAM e a exigência de confirmação do e-mail de origem visa evitar que seu e-mail seja incluído indevidamente por terceiros.

Remoção da lista de distribuição do Boletim Diário do Portal EcoDebate

Para cancelar a sua inscrição neste grupo, envie um e-mail para ecodebate@ecodebate.com.br. O seu e-mail será removido e você receberá uma mensagem confirmando a remoção. Observe que a remoção é automática mas não é instantânea.



História dos índios está exposta no Museu Câmara Cascudo

SÍTIO NO MINUTO, 09.07.2014

O Museu Câmara Cascudo está com a exposição "Índios: Os Primeiros Brasileiros" aberta ao público desde o dia 10 de junho, de terça à sexta, das 9h às 17h, e no sábado das 13h às 17h. O valor de entrada é de R\$ 2 (inteira), exceto para grupos de escolas públicas com visitas agendadas, idosos acima de 60 anos e crianças de até 6 anos.

A exposição, que segue até o dia 27 de setembro, propõe ao visitante um passeio pela história do Brasil assinalando as diferentes formas pelas quais os indígenas foram vistos e incorporados ao processo de construção nacional.

Com foco na região Nordeste, ela está integrada por quatro espaços distintos – o primeiro encontro, o mundo colonial (a história que se pode ler nos livros e documentos), o mundo indígena (outra narrativa) e o Brasil contemporâneo (com suas lutas e desafios).



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

Arena Carioca Dicro apresenta espetáculo gratuito de orquestra indígena e dança nesta quarta-feira

SÍTIO PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 09.07.2014

A Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira (Dicro), na Penha Circular, abre as portas nesta quarta-feira (09/07), às 15h, para apresentação da Orquestra Indígena Teko Arandu com o Grupo de Dança e Canto Guaté, da etnia guarani-kaiowá. A classificação é livre.

Com instrumentos de percussão e sopro, a orquestra exhibe espetáculo de danças e músicas tradicionais dos indígenas e música popular.

A Arena Carioca Dicro fica no interior do Parque Municipal Ary Barroso, na Avenida Brás de Pina, s/nº. Mais informações pelo telefone 3486-7643.



Índios completam cinco meses em zona de risco

SÍTIO JORNAL DE LONDRINA, 09.07.2014

Grupo Kaingang está na antiga sede de um centro cultural, cujo terreno é uma Área de Preservação Permanente (APP); eles reivindicam casas de passagem no local

Quem passa pela Avenida Dez de Dezembro, nas proximidades do 4º Distrito Policial, consegue enxergar as barracas de lona que abrigam cerca de 30 famílias da Aldeia Água Branca da tribo Kaingang. Eles ocupam o terreno do antigo Centro Cultural Kaingang, instalado em 1999, hoje desativado. Lá, o alambrado se transformou em varal de roupas e o Ribeirão Cambé é utilizado para tomar banho e lavar roupas e louças.

A única fonte de água potável para beber e cozinhar é a torneira que fica dentro da antiga sede do centro cultural, hoje depredada. Apesar da falta de infraestrutura, o chefe dos indígenas, Renato Kriki Mrem, afirma que a comunidade não vai desocupar o espaço até que receba uma resposta positiva da Prefeitura de Londrina em relação à legalização da propriedade, hoje uma Área de Preservação Permanente (APP), o que impede qualquer tipo de ocupação.

De acordo com Kriki Mrem, em abril de 2011 o ex-prefeito Barbosa Neto assumiu o compromisso de liberar R\$ 450 mil para a execução de diversas obras no local, entre as quais 16 casas de passagem para abrigar as tribos por cerca de 30 dias durante a estadia na cidade. Agora, o grupo cobra os recursos da nova administração e não aceita a proposta do prefeito Alexandre Kireeff (PSD) de construir um novo centro cultural na Chácara São Miguel, nas imediações do Cafezal, na zona sul.

A justificativa dos índios é de que as obras ocorram no terreno da sede da Avenida Dez de Dezembro por ser uma referência cultural. "É um espaço sagrado. Quando foi inaugurado, teve a presença dos índios Xavantes. Não há valor que pague isso", diz Kriki Mrem.

Ele relata ainda que o grupo está no local há cinco meses, para garantir a posse do terreno. "Os guardas ficam aqui até as 15 horas e depois desse horário cuidamos para que os usuários de drogas não destruam a sede do centro cultural", explica.

O vereador Roberto Fu (PDT), que faz a interface entre os índios e o poder público, acrescenta que, na visão dos indígenas, a localização da sede proposta pelo prefeito é um empecilho. "Além do valor cultural do antigo centro cultural, na Chácara São Miguel eles vão depender de transporte para as crianças e idosos, para fazer compras e ir para a cidade para vender o artesanato."

Para promotoria, relocação resolveria o problema

Para a promotora do meio ambiente, Solange Vicentin, a comunidade está vivendo em

CONT.



condições precárias no acampamento improvisado e não pode permanecer no local. “A solução é a relocação para o barracão cedido pelo Município, no Cafezal, que já está passando por reformas. Além disso, o local [da antiga sede] é perigoso. Em 2010, uma enchente aumentou a evasão do Ribeirão Cambé e o risco é grande.”

A secretária de assistência social em exercício, Gisele de Cássia Tavares, ressalta que o órgão faz um trabalho de conscientização com os caciques considerados referência, para conscientizá-los sobre a necessidade da relocação. Segundo ela, uma parte já aceitou o novo endereço e outros permanecem resistentes.

“Todos os ajustes identificados como necessários estão sendo providenciados no barracão na Chácara São Miguel. Não podemos correr o risco de deixar os índios em um local que é inviabilizado ambientalmente.”

Em 25 junho, 337 índios, liderados por Renato Kriki Mrem, enviaram um ofício para o prefeito Alexandre Kireeff e para a promotora do meio ambiente cobrando os recursos. O grupo também reivindica a religação do hidrômetro para o fornecimento de água potável, a recolocação de chuveiros e a construção de cercas para proteger as crianças do perigo da via expressa, além da reativação do centro cultural.

Solange Vicentin afirma que recebeu o documento e que pretende marcar uma nova reunião com o grupo para explicar a situação.



Por que os índios lideram o ranking dos suicídios no Brasil?

SÍTIO CEDEFES, 09.07.2014

Entre os mais de 5 mil municípios brasileiros, a cidade de São Gabriel da Cachoeira, no noroeste da Amazônia, ficou na primeira posição do ranking brasileiro de suicídios. Fiquei surpreso por dois motivos. Primeiro, porque em 1998 estive nesse lugar inesquecível, cortado pelo Rio Negro e no meio da Floresta Amazônica. Mas a razão principal do espanto é que a população de São Gabriel é quase toda indígena.

Os novos dados do Mapa da Violência 2014 revelam que, entre 2008 e 2012, a taxa de suicídios na cidade foi de 50 casos por 100 mil habitantes, dez vezes maior do que a média brasileira. Entre os que se mataram, 93% eram índios. Oito entre dez se enforcaram. O suicídio por ingestão de timbó, raiz venenosa que causa sufocamento, foi o segundo método mais usado.

Além de São Gabriel da Cachoeira, outras cidades com assentamentos indígenas estão nas primeiras posições da lista dos suicídios, como São Paulo de Olivença e Tabatinga, no Amazonas, Amambai, Dourados e Paranhos, no Mato Grosso do Sul.

Nos últimos dez anos, entre 2002 e 2012, o Amazonas foi o estado onde o suicídio de jovens mais cresceu (134%). Lá, onde os índios representam 4,9% da população, 20,9% dos suicídios foram praticados indígenas, número quatro vezes maior que o esperado. A situação é parecida no Mato Grosso do Sul, onde a proporção de índios entre os que se mataram é sete vezes maior do que a fatia deles na população.

Em 2012, a ameaça de morte coletiva dos Guarani Kaiowá sul-mato-grossenses causou comoção nacional. É como se o processo, entre diversas etnias de distintas cidades, fosse ocorrendo agora em conta gotas.

Em época de Copa, o primeiro lugar de São Gabriel da Cachoeira no ranking dos suicídios não repercutiu nada nos jornais, internet e nas redes sociais. Acho necessário nos informarmos a respeito. Creio que esse fenômeno é semelhante, em alguma medida, ao que vivemos como nação nos últimos 500 anos. Ainda buscamos ser algo que não somos, negando nossas origens sem sequer compreendê-las. Essa crise de identidade, a meu ver, nos faz mais violentos.

São Gabriel da Cachoeira é a maior cidade do Brasil em extensão territorial, cem vezes maior que o município do Rio de Janeiro. No centrinho da cidade fica metade dos 30 mil habitantes, que começaram a chegar das zonas rurais e das aldeias principalmente depois dos anos 1990. Situação que vem provocando certo desconforto cultural e urbano típico das migrações intensas. A outra metade da população se divide em 750 povoados e aldeias. Do ponto mais distante de São Gabriel, leva-se até 12 dias de canoa pelo Rio Negro para se chegar ao centro. Tudo nessa cidade é surpreendente, ainda mais para um jornalista urbano que aterrissou por lá aos 20 e poucos anos de idade.

CONT.



O município é um dos raros no Brasil com mais de uma língua oficial: português, nheengatu, baniwa e tukano. Conheci em São Gabriel um padre indígena, que usava batina, cocar e fazia paralelos inteligentes entre a cultura indígena e o cristianismo. "Jesus dizia que devemos doar ao próximo. Essa pregação comunitária tem muito a ver com a cultura indígena. Mais do que com a sua. Comparo os índios aos judeus, que durante anos lutaram pela terra prometida", ele me disse.

O exército era formado por índios, os mais aptos a se embrenhar pelo mato e vigiar as fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Colômbia. As escolas decretavam feriado no Dia da Formiga. Nos hospitais, havia pajés que trabalhavam com médicos para enfrentar a tuberculose. Fui a uma aldeia Yanomami e aspirei paricá, tipo forte de rapé que me foi soprado nas narinas pelo cacique (que está me pintando na foto acima). Era uma substância usada para rituais religiosos. O pajé, que não falava português, ficou me olhando como se estivesse curioso para saber o efeito que o paricá exercia sobre mim. O índio fazia o papel de antropólogo, observando aquele jornalista deslumbrado no meio de sua aldeia. Tentei usar alguns gestos para lhe explicar o que eu estava sentindo. Acho que o pajé não entendeu, mas imitou meus gestos e acabamos dançando juntos no terraço da aldeia. Depois, todo pintado de vermelho e embaixo do sol quente, eu pulei no rio. Tinha um monte de indiozinhos em volta.

Minha matéria ficou entre ingênua e otimista. Fiquei em São Gabriel uma semana. Na Revista Veja (que em 1998 era muito diferente da de hoje, acredite...), eu descreveria uma cidade que parecia a caminho de encontrar, com sucesso, uma fórmula para misturar as visões de mundo indígena com a ocidental. Prefeitura, bicicleta, carro, televisão, em meio a um cotidiano mais integrado à natureza, onde os seres humanos são apenas mais uma das espécies na terra, assim como os bichos e as plantas. A crença na lenda da serpente criadora de todas as aldeias do Rio Negro. Espíritos, curumins, urucum, o Rio Negro, gentileza. Escrevi com a alegria de quem conheceu os índios mais de perto, em plena Floresta Amazônica.

Só que a realidade não costuma ser tão romântica quanto nossas projeções. Claro que tudo é muito mais complicado e difícil. As taxas elevadas de suicídio entre jovens indígenas são um dos principais sintomas dessa crise. No centro de São Gabriel, a cultura rural dos índios foi muitas vezes menosprezada e ridicularizada, já que desvinculada dos valores universais do crédito e do consumo levado a todos pela televisão e internet. Traçando um paralelo, me parece algo parecido com a crise de identidade nas periferias de São Paulo nos anos 1970 e 1980, quando as novas gerações urbanas negaram e ridicularizaram a cultura rural dos antepassados nordestinos e migrantes.

Na cidade de São Gabriel, as mulheres diziam preferir homens que não eram indígenas, como apontam investigações que tentaram entender essa epidemia. Muitos dos pais, ao casar seus filhos, se negavam a dar o nome indígena aos netos. Para as etnias do Rio Negro, o nome familiar está ligado à alma do indivíduo e existem aspectos sagrados que acabam se perdendo. A morte também é vista de forma diferente pelos índios, o que talvez contribua para essa escolha suicida.

Eu não tenho a pretensão nem a capacidade de apresentar respostas para esse triste fato. Mas acho fundamental levantarmos essa pergunta: por que os índios estão se matando em taxas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 116 / 2014

Brasília, 09 de julho de 2014.

tão elevadas? O debate é uma oportunidade para pensarmos também sobre o Brasil e nossa identidade errática, ainda em processo de construção.

Ok, posso até ser piegas, mas nada melhor do que um vídeo para encerrar a matéria. Música cantada por Maria Bethânia no documentário Doces Bárbaros, antecedita por uma bela entrevista em que as perguntas e o tom do repórter se parecem com Gregório Duvivier em um vídeo do Porta dos Fundos. A linda letra de Caetano é inspirada nos mergulhos antropofágicos dos modernistas, fonte constante de inspiração do poeta e cantor baiano. Como eles, também acredito que saber quem somos é mais importante do que saber quem devemos ser.

Oswald de Andrade, Darci Ribeiro, Gilberto Freire, Viveiros de Castro, para citar alguns, podem nos orientar na busca por essas respostas. Aqui vai uma pista sobre como os índios veem o mundo: "O chocalho do xamã é um acelerador de partículas", como nos explica Viveiros de Castro, nessa incrível entrevista.

Fonte: Bruno Paes Manso – Estadão